

ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL DO
COMITÊ CUBATÃO E MADRE



Município	Não se aplica	Data	30/05/2023
Hora: 13:00	Início: 13:00	Término: 17:40	
Link: https://meet.google.com/teu-pcmx-hcb			

Representantes e organizações-membro presentes

USUÁRIOS DE ÁGUA:

- 1- CELESC GERAÇÃO S.A. - Cleide Enderle;
- 2- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC - STTR - Sandra Eliane Michel e Edson Ricardo Rachadel;
- 3- TABULEIRO ECOAVENTURA E CAFÉ EIRELI - Cláudia Laurent;
- 4- SEARA ALIMENTOS LTDA - Heron Augusto de Carli;
- 5- CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - Raphael Ewaldo de Souza;
- 6- AMABAC - ASSOCIAÇÃO DOS MINERADORES DE AREIA DA BACIA DO CUBATÃO - Jean Carlos Zimmermann;
- 7- ASPG - ASSOCIAÇÃO DE SURFE E PRESERVAÇÃO DA GUARDA DO EMBAÚ - Geraldo José Hermenegildo da Rosa;
- 8- PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - Denise Duarte Moro;
- 9- PISCICULTURA PANAMÁ - Luíse Esquivel;

POPULAÇÃO DE BACIA:

- 1- PMG - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - Defesa Civil - Rafael dos Santos Ulysea;
- 2- ARIS - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - Willian Jucelio Goette e Marilu Matiello;
- 3- ACESA - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENGENHEIROS SANITARISTAS E AMBIENTAIS - Filipe Viezza da Silva;
- 4- UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Patrícia Kazue Uda;
- 5- UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - José Gabriel da Silva;
- 6- ARAYARA - INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Marcos Espíndola e Suelita Röcker;
- 7- IÇARA - INSTITUTO ÇARAKURA - Eduardo Schnitzler Moure;
- 8- OSSJ - OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SÃO JOSÉ - João Alfredo Freitas Gomes;

- 1- CR-LIS/FUNAI - COORDENADORIA REGIONAL DO LITORAL SUL - CR-LIS / FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - JUSTIFCOU AUSÊNCIA

- 2- Conselho Regional de Biologia – 3ª Região- CRBio-03 - Danilo da Silva Funke;
- 3- EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - Gerson Luiz Guessner;
- 4- IMA-SC - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Morgana Ricciardi de Castilhos Eltz;
- 5- SEMAE - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E ECONOMIA VERDE - Bruno Henrique Beiffuss e Gisele de Souza Mori.

Demais presentes: Rúbia Girard (IAC), Cintia Hoffer (IAC), Aline Antunes (IAC), Aline Tomazzi (IAC), César Rodolfo Seibt (SEMAE)

Ordem do Dia

- 1) Leitura e aprovação da Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/12/2021;
- 2) Apresentação das organizações-membro empossadas para a gestão 2023-2027;
- 3) Desmembramento do CRBio-03 e criação do CRBio-09;
- 4) Esclarecimentos acerca do Ofício nº 01/2021 do Comitê Cubatão e Madre;
- 5) Apresentação dos itens 1,3 e 5 do Parecer da SDE;
- 6) Leitura e aprovação da Resolução nº 11 de 2023 - Estabelece as normas de funcionamento da Câmara Técnica para análise do Licenciamento 7096/2020 - Dragagem do canal para Alimentação Artificial da Praia da Barra, em Garopaba;
- 7) Apresentação da Entidade Executiva: Instituto Água Conecta;
- 8) Apresentação sobre o PRH do Comitê Cubatão e Madre; e
- 9) Assuntos Gerais.

Ata



Comitê
Cubatão e Madre

Aos trinta dias do mês de maio de 2023, reuniram-se de maneira virtual, em primeira chamada às 13:00, as organizações-membro deste Comitê acima nominadas, cada qual representada pelo seu titular e/ou suplente, para a 5ª Assembleia Geral Extraordinária do Comitê Cubatão e Madre. Comprovada a existência de quórum, a Presidente do Comitê Cubatão e Madre, Sra. Sandra Eliane Michel, iniciou a Assembleia dando as boas-vindas aos presentes, fez os informes iniciais e, em seguida, procedeu a **Solenidade de Posse** das novas Organizações-membros para gestão 2023-2027, em acordo com a Resolução CERH nº 19/2017, com a apresentação das entidades que foram selecionadas nas Assembleias Setoriais Públicas, a saber: Segmento Usuários de Água: 1-CELESC GERAÇÃO S.A.; 2-SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DE ÁGUAS MORNAS (STRAM); 3-SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC (STTR); 4-TABULEIRO ECOAVENTURA E CAFÉ EIRELI; 5-SEARA ALIMENTOS LTDA; 6-COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN); 7-ASSOCIAÇÃO DOS MINERADORES DE AREIA DA BACIA DO CUBATÃO (AMABAC); 8-ASSOCIAÇÃO DE SURFE E PRESERVAÇÃO DA GUARDA DO EMBAÚ (ASPG); 9-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA; 10-PISCICULTURA PANAMÁ (PSIPAN). Segmento População da Bacia: 1-PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA (PMG); 2-AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS); 3-ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENGENHEIROS SANITARISTAS E AMBIENTAIS (ACESA); 4-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC); 5-UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL); 6-INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (ARAYARA); 7-FUNDAÇÃO MATA ATLÂNTICA E ECOSSISTEMAS QUERÊNCIA DA AMIZADE (FMAES); 8-INSTITUTO ÇARAKURA (IÇARA); 9-OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SÃO JOSÉ (OSSJ); 10-CENTRO DE FORMAÇÃO TATAENDY RUPA (CFTR). Segmento Órgãos da Administração Pública Federal e Estadual: 1-COORDENADORIA REGIONAL DO LITORAL SUL - CR-LIS/FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (CR-LIS/FUNAI); 2-Conselho Regional de Biologia – 3ª Região (CRBio-03); 3-EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI); 4-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (IMA-SC); 5-SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE). Em seguida, a Sra. Sandra, passou a ao Secretário Executivo, o Sr. Filipe Viezzer da Silva, que solicitou uma foto dos presentes para lista de presença e, em seguida, colocou em votação o modo de votação principal da Assembleia, sendo as opções: (1) votação aberta nominal, (2) votação aberta pelo chat ou (3) votação fechada, após a votação o resultado ficou assim: a maioria (15 votos) escolheu pela votação aberta pelo *chat*. O Sr. Filipe também informou que as manifestações devem ser solicitadas através de palavra de ordem no *chat*, devendo o solicitante aguardar ser chamado para se manifestar e tendo direito a réplica. Após, a Sra. Sandra fez a leitura do Edital de Convocação e apresentou o primeiro item 1 da pauta, **(1) Leitura e aprovação da Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/12/2021**, e consultou aos membros presentes se todos haviam recebido a Ata e todos se manifestaram afirmativamente. Em seguida, o Sr. João Alfredo Freitas Gomes (OSSJ) solicitou a palavra e manifestou que alguns cartórios não estão mais aceitando a imagem de captura de tela da reunião como comprovação de presença, principalmente para Assembleias em que haja posse membros e eleições, e questionou se em Santo Amaro da Imperatriz, tendo em vista que outros municípios não mais aceitam, como Biguaçu, por exemplo. A Sra. Sandra se comprometeu em realizar a averiguação a respeito dessa

informação e afirmou que, até então, por experiência de outros casos em Santo Amaro da Imperatriz, não estaria havendo problemas com este tipo de comprovação de Assembleias online e, em seguida colocou em votação a dispensa de leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade (15 votos). Após, o Sr. João manifestou sobre o conteúdo da Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17/12/2021, onde nunca tinha visto alguém pedir vistas em uma matéria que já havia sido aprovada em ato assemblear, e que o momento de pedir vistas é anterior a votação e por isso a importância do envio da Ata com antecedência de alguns dias da votação, realizando os questionamentos, salvo se o colegiado entender que é necessário deliberar novamente sobre a matéria, como novo processo. Em ato contínuo, a Sra. Sandra colocou o item de pauta em discussão e após em votação a aprovação da Ata, de maneira que a mesma foi aprovada por maioria (14 votos favoráveis e 5 abstenções). Após a Sra. Sandra procedeu com a apresentação do item **(2) Apresentação das organizações-membro empossadas para a gestão 2023-2027**, onde realizou a chamada das Organizações-Membro do Comitê Cubatão e Madre e solicitou que os membros titulares e/ou suplentes das entidades presentes se apresentassem à Assembleia. Estavam ausentes representantes das seguintes Organizações-membros: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DE ÁGUAS MORNAS (STRAM), FUNDAÇÃO MATA ATLÂNTICA E ECOSSISTEMAS QUERÊNCIA DA AMIZADE (FMAES), CENTRO DE FORMAÇÃO TATAENDY RUPA (CFTR) e COORDENADORIA REGIONAL DO LITORAL SUL - CR-LIS/FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (CR-LIS/FUNAI), tendo apenas esta última justificado sua ausência. Após as apresentações dos representantes das Organizações-membros, a Sra. Sandra iniciou a apresentação do item **(3) Desmembramento do CRBio-03 e criação do CRBio-09**, passando a palavra ao Sr. Filipe. O Sr. Filipe apresentou os documentos necessários ao cumprimento da pauta, o primeiro documento apresentado foi o *e-mail* sobre a retomada das atividades do Comitê, de maneira que o Comitê entrou em contato com as entidades para mobilização e confirmação do interesse em continuar como membro do Comitê Cubatão e Madre, desta forma a entidade-membro CRBio-09 respondeu o *e-mail* informando que foi criado o Conselho Regional de Biologia da 9ª Região a partir do desmembramento da entidade CRBio- 03, que havia sido selecionada na ASP em 2021 para compor o Comitê Cubatão Madre, e que, a partir de 2021 atenderia apenas o Estado do Rio Grande do Sul, e que o CRBio-09 passou a ter abrangência e competência em Santa Catarina, e ainda colocou que a entidade fez o envio dos documentos dos representantes associados ao CRBio-09, de maneira que o Sr. Danilo Funke ficou como representante titular e a Sra. Larissa Martins como suplente da entidade CRBio-09 neste Comitê, os quais já eram os representantes candidatos do CRBio-03 na ASP em 2021. O Sr. Filipe explicou que solicitou e recebeu do CRBio-09 a cópia dos seguintes documentos: (1) Diário Oficial da União de 28/12/2012, constando a Resolução CFBio nº 617 de 2021, identificado na Ata de Posse da Presidência do CRBio-09; (2) Ofício assinado pelo atual Presidente do CRBio-09, indicando os nomes dos representantes Titular e Suplente junto à este Comitê; e (3) que a entidade informasse se houveram alterações cadastrais que foram anteriormente encaminhados no ato da inscrição para Assembleia Setorial Pública. Em seguida, a Sra. Sandra colocou a matéria em discussão, de maneira que o Sr. Danilo Funke se manifestou explicando que, após a Assembleia Setorial Pública do Comitê Cubatão e Madre em 2021, saíram as duas resoluções em relação ao CRBio, uma desmembrando o CRBio-03, que atenderia apenas o Estado do Rio Grande do Sul e não teria mais jurisdição sobre o Estado de Santa Catarina, e outra criando o CRBio-09, para atender apenas o Estado de Santa Catarina, e acrescentou que foi realizada uma eleição para uma nova

gestão para o CRBio-09 e que umas das primeiras deliberações da nova gestão foi manter as representações nos conselhos e comitês. Em seguida, a Sra. Sandra colocou o item de pauta em discussão e após em votação a proposição da ocupação do CRBio-09 da cadeira do CRBio-03 por desmembramento da entidade, de maneira que a proposição foi aprovada por maioria (20 votos), para a ocupação da cadeira do CRBio-03 pelo CRBio-09. Após, a Sra. Sandra passou ao item **(4) Esclarecimentos acerca do Ofício nº 01/2021 do Comitê Cubatão e Madre**, perguntando se todos receberam o Relatório contendo os esclarecimentos, e a maioria, com 15 votos, acusou recebimento. Em seguida, a Sra. Sandra colocou em votação a dispensa da leitura do Relatório, que foi aprovada por maioria (14 votos favoráveis e 1 abstenção). A Sra. Sandra iniciou o item de pauta contextualizando sobre o Relatório **“Esclarecimentos acerca do Ofício nº 01/2021 do Comitê Cubatão e Madre - Histórico dos documentos emitidos/recebidos no período de 08/06/2020 até 30/05/2023”** acerca de dois processos em tramitação, requerendo outorga para implantação de CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas) no Rio Forquilhas, Município de Águas Mornas, e explicou que na primeira Assembleia onde este item de pauta foi apresentada em 27/04/2021, pela extensão do tema, foi decidido pela Diretoria apresentar apenas os 4 itens que envolviam o processo dentro do Comitê, e foi apresentado no Relatório de Atividades, por ser uma manifestação que foi encaminhada a Sra. Gisele de Souza Mori, e assim foi realizado, e não foi colocado como item de pauta no edital e também não foi submetida à votação aquela manifestação, causando um grande desconforto posteriormente e que, agora, a Presidência estaria apresentado todo o histórico acerca dos trâmites realizados e, havendo alguma dúvida, a Sra Sandra se colocou à disposição para esclarecimentos. Sra. Sandra destacou no documento as comunicações via e-mail com o Sr. Gustavo Antônio Piazza, da equipe de outorga da SDE à época, sobre o qual explicou no que o Comitê não havia respondido ainda ao último e-mail do Sr. Gustavo, com data de 24/03/2022, por haver dúvidas sobre qual Ofício ele se referia em sua mensagem e por não ter conhecimento sobre os prazos legais dos trâmites internos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável, referentes aos processos de outorga, a respeito dos mesmos. Assim, a Sra. Sandra solicitou que o item sobre a última comunicação do Sr. Gustavo fosse colocado em votação para definição da plenária sobre reiterar o pedido à SDE em relação ao Ofício nº 01/2021 e o ao Ofício nº 11/2021 encaminhados, ou aguardar a manifestação formal da Gerência de Outorga. Em seguida, a Sra. Sandra colocou em discussão esse item da pauta. O Sr. João se manifestou sobre uso de *WhatsApp* para comunicação de órgão públicos, e que este não é um meio de comunicação formal, e ainda disse que o órgão gestor não pode determinar ordens para o Comitê, que é um colegiado deliberativo, se referindo sobre a inserção por parte do órgão gestor de um item na pauta, reforçando o papel de um conselho deliberativo, e ainda completou que causou estranheza um membro de um órgão colegiado defender um grupo pequeno, que seja prezado a regulamentação dos recursos hídricos. Após, o Sr. José Gabriel da Silva (UNISUL) concordou com o Sr. João, afirmando que o Relatório era muito confuso, que sentiu uma certa imposição por parte do órgão gestor no Ofício, que seria muito temerário fazer uma votação do Relatório como um todo, mas que fosse feito uma análise por partes do descrito no Relatório, e complementou que, sobre a questão do *WhatsApp*, há formas legais de verificação. A Sra. Sandra ressaltou que não estava sendo colocada à plenária a votação do Relatório como um todo, mas sim que fosse deliberado sobre o último item, a manifestação do Sr. Gustavo, e reforçou aos presentes a importância de dar continuidade ou não nos procedimentos, que o Comitê desconhece os prazos e trâmites legais da SDE em relação à este item de pauta e, dessa maneira, não se sabe ao certo o que o Comitê poderá realmente deliberar. A Sra.

Sandra propõe então aos presentes que decidam se aguardamos uma manifestação formal ou não da SDE dos Ofícios encaminhados. Em seguida, o Sr. João sugeriu estender a análise do referido documento. O Sr. José disse acreditar que, para o comitê poder resolver esta questão e ela para que ela fosse votada, seriam necessárias mais informações. Após, a Sra. Gisele de Souza Mori (SEMAE), manifestou-se dizendo que observou que houve citações do seu nome no documento, e relatou que não recebeu o documento, então gostaria de ter acesso ao documento para lembrar a sequência dos procedimentos, e solicitou vistas ao Relatório apresentado. O Sr. Filipe informou que o Relatório foi encaminhado ao e-mail da SDE, e que o Comitê não havia recebido, até então, a devolutiva do Termo de Posse dos representantes da secretaria, e ainda complementou que a citação foi sobre um ofício enviado à Sra. Gisele, quando ainda era gerente de Outorga na SDE, e que a mesma havia acusado recebimento, e que havia também uma citação sobre uma mensagem ao Gerente de Outorga à época, Sr. Gustavo Antônio Piazza. A Sra. Gisele se colocou à disposição caso houvesse alguma pendência, e disse que poderia auxiliar na busca de resolução em nome da SDE. Ato contínuo, a Sra. Sandra colocou que, quando a Sra. Gisele tivesse acesso ao Relatório, ficaria bem mais fácil o seu entendimento, e, quanto ao pedido de vistas, ficaria atendido caso a Sra. Gisele pudesse passar o seu endereço de e-mail, e ainda acrescentou que ficou faltando resposta ao Ofício nº 11/2021, que se referia ao Ofício nº 1277/2021 - Processo DSUST 3584/2019, que fez a leitura deste Ofício e também explicou que, depois de algum tempo, o Sr. Gustavo enviou a mensagem questionando se havia sido respondido ao ofício Ofício nº 11/2021, e que este Ofício tem um protocolo que poderia ser informado à Sra. Gisele. A Sra. Suelita Rocker (ARAYARA) disse entender que o Comitê é deliberativo e não pode sofrer nenhum tipo de pressão do Estado com prazos de resposta, mas que não tinha condições de votar a matéria porque não tem embasamento jurídico para tanto, e sugeriu que fosse feita uma avaliação por um advogado. O Sr. Eduardo Schnitzler Moure (IÇARA) concordou com a Sra. Suelita sobre a dificuldade de tomar qualquer decisão, sugerindo aguardar a resposta formal da SDE sobre o último Ofício nº 11/2021 enviado, e ainda complementou que faltam informações para que o Comitê possa tomar alguma decisão. Em seguida, o Sr. Bruno Beilfuss (SEMAE) colocou que, apesar que o uso de geração de energia elétrica não seja prioritário na bacia, é necessário discutir o assunto, e que isso faltou em todo o processo, e estudar o tema para embasar a resposta por parte da SDE, reforçando que órgão gestor deveria, junto com o Comitê, voltar à uma discussão do tema para deliberar uma melhor decisão, e que, entrar na questão jurídica seria pior e, por fim, propôs trazer mais informações da secretaria (órgão gestor) e rediscutir com o Comitê esta questão, assim como, construir uma nova deliberação de forma conjunta. Em seguida, a Sra. Rubia Girardi complementou, dizendo que fazia parte dos processos da Gerência de Outorga que empreendimentos hidrelétricos consultem aos comitês sobre sua instalação, e sugeriu questionar ao órgão gestor em que situação estaria o processo, pois poderia já ter sido arquivado. Após, a Sra. Patrícia Kazue Uda (UFSC) falou sobre a importância do Comitê ter enviado toda a documentação aos novos membros para que tomassem conhecimento deste processo, que está há muito tempo tramitando, e como os novos membros não tiveram todas as informações necessárias, é difícil tomarem alguma decisão, e também acha importante enviar um novo pedido à SDE para que respondam aos Ofícios do Comitê e informem sobre a situação do empreendimento. Em seguida, a Sra. Sandra colocou em votação a proposição de encaminhamento de novo ofício solicitando resposta ao Ofício nº 01/2021 e Ofício nº 11/2021 enviados à SDE e solicitando a situação atual dos processos DSUST 3584/2019 e DSUST 3586/2019, de maneira que após a discussões a maioria aprovou a proposição por

unanimidade (20 votos). Em ato contínuo, a Sra. Sandra passou ao item **(5) Apresentação dos itens 1,3 e 5 do Parecer da SDE**, perguntando se todos receberam o documento, ao qual não houve manifestação contrária e, após, solicitou dispensa da leitura, que foi aprovada pela maioria, 17 votos. Sandra informou que este item não pedia deliberação, seria apenas para dar ciência à Assembleia, cumprindo a formalidade de levar ao conhecimento para próxima Assembleia, que ficou determinado na Assembleia de 17/12/2021, e ainda explicou que se tratava do resultado da certificação Procomitês, quanto aos procedimentos adotados pelo então bolsista da SDE, Sr. Leandro Ambrósio dos Reis, destacou a falta de comunicação adequada entre SDE, bolsista e Comitê. Em seguida, o Sr. Filipe contextualizou o documento e destacou contrapontos às colocações da SDE em relação à análise realizada pela Presidente. O primeiro ponto destacado pelo Sr. Filipe foi que a SDE afirmou que não havia sido realizado processo eleitoral em 2019, porém, ocorreu eleição na 1ª AGO de 2019, através da aprovação da prorrogação do mandato Diretoria e Comissão Consultiva até abril de 2020, na época sugerido pelo Sr. César Rodolfo Seibt (SDE), e que esta informação está registrada em Ata redigida pelo bolsista Sr. Leandro, e que, após, foi feita uma extensão do mandato *ad referendum* por resolução porque a extensão anterior do mandato seria só até abril de 2020. Em relação ao item 3, o Sr. Filipe, colocou sobre o Plano de Trabalho, que a diretoria não apresentou 1ª AGO de 2019, porém apresentou o plano de atividades desenvolvidas, que foi aprovada em plenária, e ainda destacou que o Sr. Leandro não solicitou ao Comitê os documentos. No ponto 5, que trata do Relatório de Atividades, o Sr. Filipe destacou que o Comitê não acompanhou as atividades do bolsista desenvolvidas para o Procomitês, e que a SDE que estava acompanhando as atividades, e que o bolsista fez uso do Google Drive e, assim, acessou a documentação do Comitê, mas nunca solicitou documentos que não havia encontrado. Além disso, o Sr. Filipe, destacou sobre o item 2.1, que o bolsista relatou que o Comitê não tinha os documentos faltantes, porém o mesmo nunca solicitou nada ao Comitê, e que faltou a inserção do PNRH no Procomitês, e que acabou inserindo apenas o TDR, justificando que esse documento não havia sido encontrado, sendo que o mesmo era público desde 2019. Em seguida, o Sr. Eduardo pediu esclarecimentos de como estava a situação do Procomitês atualmente. A Sra. Sandra informou que, até o momento, não recebeu nenhum pedido referente ao Procomitês. Sr. Bruno informou que o ciclo do Procomitês encerrou e que, a partir de agora, as metas do Procomitês foram incluídas no Progestão como um único programa de fortalecimento da gestão de recursos hídricos no Estado. O Sr. Filipe manifestou que em 2019 ficaram sem entidade executiva, e que o bolsista foi contratado para fornecer um serviço de apoio ao Comitê, porém foi mal conduzido e que, de fato, parecia que não estava a serviço do Comitê mas sim da SDE, mas entendia que, agora, com o IAC, o trabalho está muito bom, e que agora Comitê tem de fato uma entidade a seu serviço, agradecendo o apoio ao Instituto. Em ato contínuo, a Sra. Sandra passa para o Item **(6) Leitura e aprovação da Resolução nº 11 de 2023 - Estabelece as normas de funcionamento da Câmara Técnica para análise do Licenciamento 7096/2020 - Dragagem do canal para Alimentação Artificial da Praia da Barra, em Garopaba**, perguntando se todos receberam o documento, ao qual, não houve manifestação contrária, em seguida, solicitou a dispensa de leitura, que foi aprovado por maioria (14 votos). Após, a Sra. Sandra colocou em discussão a Resolução nº 11, e solicitou a projeção do documento. O Sr. Rafael dos Santos Ulysséa (PMG) observou que na Resolução encontram-se apenas dois membros compondo a Câmara Técnica, sendo um coordenador e um relator, e que na última Assembleia lembrava-se que a composição teria mais membros e, acrescentou que gostaria de participar do processo de análise. A Sra.

Sandra informou que na Assembleia ocorrida em 17/12/2021 houve a desistência de um dos indicados. Sra. Rubia Girardi atentou para não haver conflito de interesse na participação do Sr. Rafael na Câmara Técnica, por se tratar de uma solicitação da PMG e o Sr. Ulysséa estar representando a PMG no Comitê. Em seguida, o Sr. José recordou que foram indicadas 4 pessoas, mas não confirmou as 4 pessoas no documento. O Sr. Filipe respondeu que foi decidido que a CT seria composta pelo CRBio 03 e pela ACESA, decisão ocorrida em 17/12/2012 e que isso constava na Resolução, e também manifestou preocupação quanto à participação do Sr. Rafael, em função de possível conflito de interesse por ele ser da Prefeitura de Garopaba. Após, o Sr. Rafael se colocou à disposição da CT, pois há um grave problema de erosão marinha, e de assoreamento de uma lagoa estuarina, e entende que a avaliação deve ser feita com atenção e por bons técnicos multidisciplinares e quanto mais técnicos avaliarem, melhor. Em seguida o Sr. Bruno colocou que apenas duas entidades são insuficientes, e que números ímpares são importantes, caso haja uma possível votação, e se colocou à disposição, assim como os técnicos da Secretaria para integrar a CT e, inclusive com a possibilidade de participação do Geólogo Sr. Enaldo. O Sr. Eduardo achou muito importante a inclusão de mais técnicos multidisciplinares e com conhecimento na região, além de trazer técnicos de outras instituições. Após, a Sra. Sandra colocou que a votação seria para Resolução de funcionamento e que, neste caso, está em discussão sobre a composição do CT Garopaba, que na Resolução que aprovou a composição está havendo uma proposição de ampliação da CT. O Sr. Danilo Funke complementou que seria importante ampliar a composição da CT, assim como colocado pelo Sr. Bruno, e analisou que a Resolução nº 11 estaria perfeita para seguir para votação, e ainda sugeriu ampliar a composição alterando a Resolução nº 10. , a Sra. Sandra sugeriu a votação para Ampliação da Câmara Técnica. O Sr. Eduardo demonstrou interesse em compor a CT representando agora o Instituto Çarakura. O Sr. José lembrou que, à época, foi votado que, para compor a CT, teria que ter uma comprovação da capacidade técnica do representante, sendo este ponto reforçado pelo Sr. Eduardo. O Sr. Filipe também reforçou as duas colocações anteriores e sugeriu manter a Resolução nº 10 como está no momento, mas voltar ao item de pauta da votação da Resolução nº 11 e levar a ampliação da CT para discussão na próxima Assembleia, e até receber as indicações pelas entidades, com envio de currículo por e-mail, utilizando este tempo, entre uma Assembleia e outra, para a manifestação de interesse, revogando posteriormente a Resolução nº 10 e criando uma nova resolução com uma composição ampliada da CT. O Sr. Bruno questionou se teria algum requisito básico para indicação à CT, que foi sugerido pelo Sr. Filipe que fossem profissionais com experiência na área ambiental. O Sr. Gerson Luiz Guessner (EPAGRI) informou que estavam tentando alguns profissionais do CIRAM na indicação para a CT em 2021, mas que, infelizmente, não houve a indicação. Em seguida, a Sra. Sandra colocou a proposta em discussão e após em votação a propositura do sr. Filipe, que foi aprovada por maioria (15 votos e 1 abstenção). Após a Sra. Sandra colocou em votação a Resolução nº 11, que foi aprovada por maioria (12 votos). Em ato contínuo, a Sra. Sandra, passou para o item **(6) Apresentação da Entidade Executiva: Instituto Água Conecta**, e solicitou à coordenadora técnica do projeto que fizesse a apresentação. Sra. Rúbia apresentou a entidade executiva - Instituto Água Conecta, assim como a equipe aprovada para o edital FAPESC, para apoiar os Comitês do Leste. Apresentou ainda as principais metas e objetivos do projeto, os indicadores e o que já foi realizado até o momento. Após discussão, a Sra. Sandra que fez uma breve avaliação das atividades até o momento e falou que estava satisfeita com o trabalho do Instituto. Em seguida, a Sra. Sandra apresentou o item **(7) Apresentação sobre**

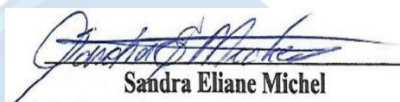
o PRH do Comitê Cubatão e Madre, onde a Sra. Rúbia apresentou os itens mais relevantes presentes no PNRH, destacando as principais etapas envolvidas na construção do mesmo, e destacou a metas e os horizontes de alcance dos mesmos, tendo em vista que algumas metas já estão atrasadas, e ainda complementou que o Comitê é apenas o mediador do processo, que a execução envolve diversos setores da sociedade da bacia. O Sr. Filipe se disse satisfeito com o resultado das Assembleias Setoriais Públicas, que elegeram entidades comprometidas com a gestão dos recursos hídricos. O Sr. Rafael se colocou à disposição para fornecer dados de qualidade de água de corpos hídricos de Garopaba. Para o último item **(9) Assuntos Gerais**, a Sra. Sandra trouxe informações acerca de uma ação realizada em parceria com a Epagri e Comitê Cubatão e Madre na entrega das mudas de árvores nativas doadas pela CASAN, em um total de 3.205 mudas, concluída em agosto de 2022, e que essa doação refere-se a compensação ambiental decorrente da implantação do esgotamento sanitário do bairro Saco Grande em Florianópolis, e os contemplados foram produtores rurais da Vargem do Braço, de São Francisco, de São Pedro de Alcântara, de Águas Mornas, da Fazenda Sacramento, de Palhoça, de Santo Amaro da Imperatriz e de Morro Ventura. O Sr. Gerson relatou sobre o recebimento das mudas em torno de 3.205 e mais mudas produzidas pelo colega da Epagri. Após, a Sra Sandra trouxe uma contextualização com histórico acerca do movimento realizado pelo Fórum Catarinense dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH), desde o momento em que houve a decisão pela paralisação das atividades dos Comitês, em dezembro de 2021, e de todas as reuniões realizadas no período, e ainda explicou que a paralisação ocorreu devido à vários fatores, como falta de apoio técnico e financeiro e também sobre a nova proposta do novo ciclo de contratações das novas entidades executivas. Sra. Sandra também explicou que o FCCBH ainda em fevereiro de 2022, fez o envio de um Ofício definindo a manutenção da paralisação, falou ainda sobre as reuniões do FCCBH que participou e que todo material estava disponível para quem tivesse interesse. Após, a Sra. Suelita solicitou o material do FCCBH. A Sra. Sandra apresentou o assunto sobre o Comitê da Ilha, descrevendo o histórico dos acontecimentos. A Sra. Sandra relatou que, em 08/08/2022, o Sr. Ricardo Menezes, representante do FCCBH no CERH, informou ao Comitê que estava havendo uma discussão na CTIL (Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais) sobre a criação de um comitê para a Ilha de Santa e que fora dito pelo Sr. Vinicius Tavares Constante (SDE) que, na ocasião das tratativas para expansão da área de abrangência do Comitê Cubatão, a área insular de Florianópolis havia sido mencionada, mas que o Comitê não mostrou interesse em absorver a área da Ilha. A Sra. Sandra disse ao Sr. Ricardo do FCCBH que desconhecia a matéria, que este tema não tinha sido objeto de consulta ao Comitê no passado e que até causava estranheza essa disposição de criar um novo Comitê, tendo em vista que na época da anexação da bacia da Madre ao Comitê Cubatão, foi sugerido criar um novo Comitê para a bacia da Madre, e o órgão gestor manifestou-se sem interesse na criação de um novo Comitê no Estado. A Sra. Sandra ainda relatou que em 10/08/22, a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Florianópolis convidou o Comitê Cubatão e Madre para palestrar a respeito das experiências de Comitê e para participar de capacitações em recursos hídricos no âmbito da criação de uma comissão para criação do Comitê da Ilha de Florianópolis, porém ambos os convites foram declinados tendo em vista a paralisação dos Comitês de Bacia no estado. Sra, Sandra continuou, relatando que em 08/12/22 em reunião do FCCBH, no item de pauta assuntos gerais foi abordado o tema sobre Comitê da Ilha, e contando com a presença do Sr. Vinicius Constante, representante da SDE, e que o Comitê expressou sua inconformidade quanto à forma de condução do assunto dado pelo órgão do Estado e

também de contestar a afirmativa do Sr. Vinicius de que o Comitê havia sido consultado e que não aceitou a anexação da Ilha e, após, foi colocada a matéria em discussão e votação, resultando no seguinte: dos 16 comitês que compõe o Fórum, 14 estavam presentes, houve 1 (uma) abstenção, 1 (um) voto contrário e 11 (onze) votos favoráveis à acompanhar o posicionamento que fosse decidido pelo Comitê Cubatão e Madre. Posteriormente, a Diretoria se manifestou formalmente contrária à criação do Comitê da Ilha de Santa Catarina até que a matéria fosse discutida pela Plenária do Comitê. A Sra. Sandra apresentou à Assembleia os Ofícios que foram enviados ao CERH e CTIL (Ofício nº 01/2022), também o Ofício enviado à SDE (Ofício nº 02/2022), pedindo ao órgão gestor em consultar formalmente o Comitê sobre o assunto. A Sra. Sandra também apresentou o Ofício nº 18/2022 encaminhado pelo CERH/SEMA ao Comitê, informando que o CERH deliberou junto ao órgão gestor para que promova as discussões e os procedimentos necessários à integração da unidade de planejamento da Ilha de Florianópolis ao Comitê Cubatão e Madre, e que apresentaria na próxima reunião do CERH a metodologia para a integração. Em seguida, o Sr. Filipe falou sobre a questão da organização da Secretaria e do CERH, tendo em vista a reformulação que foi feita pelo Estado nas secretarias. O Sr. Bruno manifestou que até o momento ainda não tinha uma posição a respeito do retorno das atividades do CERH. Em seguida, a Sra. Sandra trouxe informações acerca do PPA - Programa Produtor de Água, e explicou que, após inúmeras ações para implementação do programa e uma contextualização sobre o projeto no Comitê, o programa travou em Outubro de 2020, pois não houve acordo entre ARES e CASAN, quanto à forma de execução do programa na bacia hidrográfica, e que em 10/06/22 o Sr. Robson da SEMA fez contato informando que as ações para a implementação do programa foram retomadas, e que a primeira etapa seria a formalização do Grupo Gestor (GG), por meio de assinatura de um acordo técnico entre ARES, CASAN, ANA e Comitê Cubatão e Madre, e que o Comitê não concordou em assinar por não estar claro qual o comprometimento do Comitê no contexto, e também por entender que a ausência da EPAGRI e do Sindicato STTR no Grupo Gestor tornaria praticamente inviável a implantação do projeto. E ainda relatou que, posteriormente, houve uma reunião para esclarecer dúvidas, alinhar ações conjuntas e apresentar o Grupo Gestor composto por: SEMAE, ANA, ARES, CASAN, EPAGRI/SAR, Comitê Cubatão e Madre, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz, Prefeitura Municipal de Santo Amaro, PMASC, UDESC, IMA e TNC. A Sra. Sandra ainda explicou que a área de abrangência inicial será definida pelo GG em função das prioridades na bacia, disponibilidade de recursos humanos e, principalmente, de recursos financeiros e parceiros. A Sra. Sandra relatou ainda que houve outras reuniões entre os integrantes do Grupo Gestor e os signatários, e que ficou definida também uma reunião presencial com o Grupo Gestor no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) em Santo Amaro da Imperatriz. A Sra. Sandra destacou que o projeto está em discussão desde 2016 e somente agora está sendo implementado e relatou satisfação em estar participando do projeto. O Sr. Filipe pediu a palavra e fez uma contextualização acerca da realização das Assembleias Setoriais Públicas desde o início do processo em 2021, e todo o período de lá até sua a finalização, e que neste processo houve a situação do enquadramento do CRBio no segmento Órgãos da Administração Pública Federal e Estadual, a paralisação dos Comitês no Estado, culminando com a ASP Suplementar no segmento Usuários de Água, em 08/05/2023, sendo que em 2021 não havia sido preenchido todas as vagas. Destacou também o declínio da empresa Só Água Potável e a convocação da entidade Piscicultura Panamá que estava em fila de espera, e colocou que está muito satisfeito com as entidades eleitas. Após o diálogo não houve mais manifestações e, desta maneira, a Sra. Sandra

informou ainda que a diretoria está realizando reuniões semanais junto com o Instituto Água Conecta, e agradeceu a presença de todos e todas e declarou encerrada a 5ª Assembleia Geral e, nada mais havendo a tratar, eu Cintia Hoffer da Rocha, lavro e assino a presente Ata.

Santo Amaro da Imperatriz, 30 de maio de 2023.

Cintia Hoffer da Rocha
Técnica em Recursos Hídricos da Entidade Executiva Instituto Água Conecta



Sandra Eliane Michel

Sandra Eliane Michel
Presidente do Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão, do Rio da Madre e bacias contíguas

LISTA DE PRESENÇA

